

Prefeitura enviará à Câmara reforma da Previdência municipal

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), vai enviar um projeto de reforma da Previdência de servidores para a Câmara Municipal, em breve, assim como o governador Rui Costa (PT) o fez nesta semana. O gestor, inclusive, orientou a bancada de oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) a apoiar o projeto de reforma petista para evitar qualquer tipo de polêmica durante a tramitação do projeto entre os vereadores da capital baiana. Em coletiva de imprensa, o gestor foi questionado sobre a orientação

dada aos deputados estaduais para não fazer resistência e aprovar a reforma da previdência do Estado. Neto afirmou que os democratas não serão incoerentes ao ponto de fazer um discurso contra o plano de austeridade proposto pelo Palácio de Ondina.

"O que existe é, eu diria, uma visão do mundo, uma necessidade, a partir principalmente do que aconteceu esse ano no Congresso Nacional, de que a Bahia e Salvador façam a Reforma da Previdência. A gente não tem como manter um discurso lá e outro aqui. Não vou cair nessa. Não vou ser incoerente. Se meus adversários são incoerentes, é outra história", declarou.

"Para mim está claro

qual é o posicionamento do governador na medida em que mandou a reforma da Previdência. Então, eles estão assumindo a necessidade de fazer a reforma da Previdência. E isso, obviamente, na minha opinião, elimina qualquer movimento e retira qualquer discurso feito no passado contra a reforma. Esse é o fato mais relevante. O PT da Bahia assumindo a necessidade de fazer a reforma que nós defendemos lá. Não há nenhuma incoerência nisso. Pelo contrário, há uma posição de maturidade da nossa parte", completou.

De acordo com a Raio Laser, a votação, inesperada, com apenas seis deputados em plenário, da prioridade para votar a PEC da



ACM NETO vai enviar um projeto de reforma da Previdência de servidores para a Câmara Municipal, em breve, assim como o governador Rui Costa (PT) o fez nesta semana

Previdência do governador Rui Costa, na quarta-feira, na Assembleia, levou parlamentares da oposição, alguns indignados, a manifestarem a certeza de que a troca de amabilidades que o petista e o prefeito ACM Neto protagonizaram durante a inauguração conjunta do CAPs (Centro de Atenção Psicossocial), na última segunda-feira, teria por trás outros interesses.

Ainda segundo a coluna,

antes de aceitar a proposta de votação, o líder da oposição na Assembleia, deputado Targino Machado, comunicou à bancada que eles tinham sido liberados pelo prefeito para votar. Ao que tudo indica, Neto exigiria reciprocidade do governador para votar projeto semelhante na Câmara Municipal, com o apoio da bancada oposicionista. A Reforma da Previdência em Salvador só deverá chegar à Câmara em

2020, uma vez que a Casa já entrou em recesso.

VETO - O prefeito ACM Neto anunciou que vai vetar o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Salvador que retira o nome do educador Paulo Freire de uma escola em Salvador. O texto é de autoria do vereador Alexandre Aleluia (DEM), que propôs que a instituição passasse a se chamar Escola Municipal José Bonifácio, em homenagem ao patriarca da Independência do Brasil.

"Vou vetar. As minhas decisões não são tomadas com base em ideologia. Temos que respeitar as diferenças ideológicas, mesmo sendo um projeto de autoria de um vereador do meu partido e da minha bancada. Não faz sentido você tirar o nome de uma escola. Hoje é Paulo Freire e amanhã é não sei o quê", afirmou, durante a inauguração da Unidade de Saúde da Família (USF) Lagoa da Paixão, em Nova Brasília de Valéria. "Jamais vou permitir que a prefeitura terá esse tipo de postura, atendendo a qualquer pensamento ideológico", completou.

O projeto de Aleluia causou polêmica e protestos da base e da oposição na Câmara.

ELEIÇÕES 2020

"Temos que colocar o bloco do PT na rua imediatamente"



O PRESIDENTE do PT de Salvador, Ademário Costa, defendeu celeridade na escolha

O Diretório Municipal do PT de Salvador aprovou que fará solicitação à Direção Nacional para a realização de prévias no final de janeiro com o objetivo de escolher o candidato do partido que disputará a Prefeitura de Salvador em 2020. Segundo fontes nos bastidores, a ideia é pressionar o governador Rui Costa (PT) a desistir da ideia de apoiar o presidente do Esporte Clube Bahia, Guilherme Bellintani, e apoiar logo um pré-candidato.

Atualmente, a sigla tem vários pré-candidatos: Robinson Almeida, Nelson Pelegrino, Jorge Solla, Vilma Reis e Moisés Rocha. "Temos que colocar o bloco do PT na rua imedia-

tamente, pedindo voto, conversando com as pessoas, olhando no olho de cada soteropolitano, para ganharmos essa cidade, derrotarmos o carlismo e o bolsonarismo encarnado na figura do prefeito ACM Neto, e construirmos uma Salvador mais inclusiva", afirma Ademário Costa, presidente do PT em Salvador.

A partir de agora, até a próxima reunião do Diretório Municipal no início de janeiro, os postulantes terão que formalizar suas inscrições como pré-candidatos a prefeito ou prefeita. A votação das prévias ficou marcada para o último domingo de janeiro. Com a autorização para realização das prévias, que estão previstas no Estatuto do PT, todos os

filiação adimplentes com o partido poderão votar para escolher o candidato da legenda à Prefeitura de Salvador. A proposta foi o método encontrado pela Direção Municipal do PT após a realização de conversas com todos os pré-candidatos da sigla. Nesses encontros, nenhum deles retirou o próprio nome, o que deu ao comando petista a tarefa de criar mecanismos para o afinilamento das postulações.

"A aprovação das prévias, que agora precisa ser autorizada pela Direção Nacional, garante o poder dos filiados do PT de decidir quem queremos para disputar a Prefeitura e defender o legado e o programa do nosso partido. O Diretório

Municipal colocou a decisão nas mãos da base do PT, por entender que essa é a forma mais democrática de escolha", disse Ademário.

Ele lembra ainda que o Diretório Municipal aprovou que o PT participará ativamente da agenda pública do governo do estado em Salvador, "disputando e capitalizando as transformações que as gestões petistas têm realizado na cidade". O calendário aprovado incluiu um seminário de programa de governo para preparar o Programa de Governo Participativo (PGP) logo no início de janeiro, antecedendo a realização das prévias, além da segunda e da terceira etapas do Curso de Formação de Vereadores. (HB)

PF indicia acusados de hackear celulares e abre investigação

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO
ESTADÃO CONTEÚDO

A Polícia Federal concluiu o inquérito da Operação Spoofing e apresentou à 10ª Vara Federal em Brasília, na noite desta quarta-feira, 18, relatório indiciando os seis investigados pelo hackeamento de dispositivos de mais de mil pessoas, entre elas autoridades como o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Justiça Sérgio Moro e os procuradores da Operação Lava Jato, inclusive Deltan Dallagnol, coordenador da

força-tarefa. A PF enquadrou os seis hackers por organização criminosa, e quatro deles também por invasão de dispositivos móveis.

A Polícia Federal decidiu ainda abrir uma nova investigação para saber se houve financiamento para que o grupo praticasse as invasões. Nesta próxima etapa, os investigadores vão apurar as informações apresentadas na delação de um dos hackers, Luiz Molição. Em setembro, o jornal O Estado de S. Paulo apurou que a investigação sobre invasões de aplicativos de comunicação de altas autoridades da República apontava

a prática de crime contra a Lei de Segurança Nacional, na modalidade de espionagem.

O grupo é suspeito de ter invadido as comunicações via Telegram de Moro e Deltan no auge da Operação Lava Jato. Diálogos atribuídos ao ex-juiz federal e ao procurador indicariam suposta combinação na condução na maior operação já deflagrada no País contra a corrupção.

A investigação prendeu em julho, Gustavo Henrique Santos, o DJ de Araraquara, sua mulher, Suellen Priscila de Oliveira e Danilo Cristiano Marques, além de Walter



A PF indiciou os suspeitos de terem invadido os celulares de Deltan Dallagnol e Sergio Moro

Delgatti Neto, apontado como o líder do grupo.

Conhecido como "Vermelho", Delgatti confessou o hackeamento e afirmou ter mantido contato com o jornalista Glenn Grenwald, do site The Intercept Brasil, que tem divulgado os diálogos

atribuídos a Moro, a Deltan e a outros procuradores da Lava Jato. O hacker também disse que não cobrou contrapartidas financeiras para repassar os dados. Além dos quatro, a Spoofing investigou o estudante de direito Luiz Henrique

Molição e o programador Thiago Martins, o "Chiclete". Os dois foram presos na segunda fase da operação.

No início do mês, o juiz Vallisney Oliveira da 10ª Vara Federal de Brasília homologou o acordo de delação de Molição. A Polícia Federal indicou que vai abrir uma nova investigação exclusivamente para avaliar as informações prestadas pelo estudante.

Atualmente, dois dos investigados estão soltos: Suellen, que deixou a prisão após decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e Molição, que está solto por ordem do juiz Vallisney Oliveira, mas utiliza tomazeleira eletrônica.

MPF denuncia Santa Cruz por calúnia contra Moro



O MINISTÉRIO Público Federal apresentou denúncia contra o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz

O ESTADO DE S. PAULO

O Ministério Público Federal apresentou denúncia contra o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, pelo crime de calúnia em fala contra o ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública). A denúncia resulta de pedido do ex-juiz da Lava Jato, que solicitou apurações sobre o caso em agosto deste ano, e pede o afastamento cautelar de Santa Cruz.

O presidente da OAB atacou Moro em entrevista ao jornal 'Folha de S. Paulo', no qual disse que o ministro 'usa o cargo, aniquila a independência da Polícia Federal e ainda banca o chefe de quadrilha ao dizer que sabe das conversas de autoridades que não são investigadas'. A fala é refe-

rente ao inquérito da Operação Spoofing, que apura o ataque de hackers contra celulares de figuras públicas.

Algumas das mensagens foram divulgadas pelo site 'The Intercept Brasil' e são atribuídas ao ex-juiz e procuradores da Lava Jato. Moro não reconhece o conteúdo das mensagens.

Após a repercussão da fala, Felipe Santa Cruz emitiu nota oficial afirmando que sua declaração se tratava de uma crítica 'jurídica e institucional, por meio de uma analogia e não imputando qualquer crime ao ministro'. A Procuradoria, no entanto, afirmou que o presidente da OAB realmente tinha a intenção de acusar Moro de crime.

"O Presidente do Conselho Federal da OAB tinha por intenção acusar, de maneira clara e dolosa, o Ministro

da Justiça Sérgio Moro indicando que ele era, realmente, o chefe de uma organização criminosa que busca destruir, de maneira ilícita, o material apreendido pelo Departamento de Polícia Federal no âmbito da Operação Spoofing", aponta o MPF.

"Ao afirmar que o Sr. Sérgio Moro age como chefe de quadrilha afirma, de forma clara e dolosa, que o Ministro da Justiça faz parte de um grupo de três ou mais pessoas organizadas, de forma estável e permanente, visando a prática de outras condutas delituosas, narrada pelo denunciado como a possibilidade da destruição de provas sem autorização judicial", continua a Procuradoria.

De acordo com o Ministério Público Federal, Santa Cruz imputou a Moro o cometimento de 'maneira

dolosa e sem provas' em uma 'profunda confusão entre as esferas institucionais e pessoais no âmbito do Conselho Federal da OAB'.

Afastamento. A denúncia pede à Justiça que afaste cautelarmente (por liminar) Santa Cruz do Conselho Federal da OAB devido à 'mistura indiscriminada da esfera pública com a esfera privada' e pelo 'descontrole e destemperamento' demonstrados pelo atual presidente da entidade.

A Procuradoria cita outros casos envolvendo Santa Cruz, como quando declarou que 'quem segue apoiando o governo é porque tem algum desvio de caráter' e quando chamou uma advogada de um adjetivo de baixo calão no Twitter. "Tal declaração demonstra o completo desprezo por uma opinião e por uma escolha contrária", afirma o MPF.